PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

FAXINAL DOS GUEDES

64 anos

Prefeito(a) Municipal

Gilberto Angelo Lazzari

Vice-Prefeito(a)

João Carlos Zanetti

Secretário(a) Municipal de Saúde

Flademir Antonio Cadore

Secretário(a) Municipal da Agricultura

Gilberto Bringhenti

Secretário(a) Municipal de Infraestrutura

Amélio Bassi

Secretário(a) Municipal de Assistência Social

Pedro Paulo Ramilo

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Kathine Tessmann Soligo Perin

2022

1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0			
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do plano via SGPe

Local	Responsável	N° do Processo

3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretário Municipal de Saúde	Flademir Antonio Cadore	saude_fx@faxinal.sc.gov.br	**49999228790**
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitarista)	Kathine Tessmann Soligo	vigilancia@faxinal.sc.gov.br	**4934364306**
Fiscal de Vigilância Sanitária	Janete Neves Tobaldini	vigilancia@faxinal.sc.gov.br	**4934364306**

4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes:
Janete Neves Tobaldini
Colaboradores
Marcos Pazin
Ariane Frankin
Cristiane Soares
Daiane Marocco
Silda Mazzoco
Revisores
I.
II.

Lista de Abreviaturas

Lista de Quadros

Lista de Tabelas

Lista de Figuras

Sumário

Apresentação 5

1.1 Objetivo Geral 8

2. Marco legal e normativo 8

3. Caracterização do Município 11

3. 1 Aspectos Socioeconômicos 11

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 11

3.3 Atividades Econômicas 11

3.4 Características físicas 11

3.4.1 Clima 12

3.4.3 Pedologia 14

3.5 Hidrografia 15

3.6 Saúde 15

3.7 Assistência Social 16

3.8 Segurança 16

3.9 Obras 16

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos 17

5. Gestão de Risco em Desastres 17

5.1 (Inserir a classificação do desastre, de acordo com o COBRADE) 19

5.2.1 Redução de riscos 27

5.2.2 Resposta 28

5.2.3 Recuperação 28

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública. 29

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES) 19

6.2 Sala de situação 30

7. Informações à população 31

8. Capacitações 31

9. Referências 31

Anexos

APRESENTAÇÃO

No Brasil, assim como em outros países, há uma tendência de crescimento dos desastres de origem natural (como as inundações, secas e deslizamentos) e tecnológicos (químicos e radioativos, por exemplo) e de seus impactos humanos (incluindo os impactos sobre a saúde), ambientais e materiais. Paralelamente a esse crescimento, observa-se que o tema dos desastres vem ganhando cada vez mais espaço nas agendas de governos e da sociedade de modo geral, num esforço de estarmos cada vez mais preparados para reduzir os seus riscos e principalmente os seus impactos.

Os desastres são variados e muitas vezes imprevisíveis, mas sua recorrência ao longo dos anos permite identificar tipos mais frequentes e municípios e regiões mais afetados. No entanto, mesmo que possamos identificar e caracterizar os desastres, é importante observar que cada um deles tem uma particularidade em relação ao tipo de evento, sua complexidade, ao tamanho da área afetada e às características da população exposta, bem como diferentes condições socioambientais presentes no território, que podem afetar de formas variadas a saúde das populações.

A gestão de risco de desastres exige um processo de antecipação, planejamento e preparação para resposta, envolvendo os diferentes setores e esferas de governo (municipal, estadual e federal), assim como a sociedade organizada e as comunidades suscetíveis. Nesse processo, a organização governamental do município, envolvendo os seus diferentes setores, é de fundamental importância, já que situações de desastres ocorrem no território e o município é o primeiro respondedor.

Como referências internacionais de políticas voltadas à gestão de risco de desastres e do envolvimento do setor saúde nesse processo, utilizamos o “Marco de Hyogo” (EIRD, 2005), que indica a redução de risco de desastre como uma ação prioritária em todos os níveis de atuação. O “Regulamento Sanitário Internacional” (BRASIL, 2005) é o documento que apresenta a redução do impacto das emergências em saúde como uma das funções essenciais da Saúde Pública. Dez anos depois de publicados esses documentos, o “Marco de Sendai” para a “Redução do Risco de Desastres 2015-2030” (EIRD, 2015) estabelece que, para a redução de riscos de desastres, deve-se aumentar a resiliência dos sistemas nacionais de saúde por meio da

integração da gestão do risco de desastres no atendimento de saúde, especialmente em nível local e “Os Princípios de Bangkok (2015)” atentam para a implementação de aspectos relacionados à saúde na redução de riscos de desastre.

O setor saúde tem grande responsabilidade nesse processo, já que os impactos dos desastres resultam em efeitos diretos (curto, médio e longo prazos) e indiretos sobre a saúde e o bem-estar das populações. Desse modo, os desafios são muitos e exigem que o município planeje, prepare, teste e mantenha um plano “vivo” de resposta aos desastres de origem natural ou tecnológica, integrando-o às estratégias já existentes do setor saúde e às lições aprendidas no passado com eventos similares. Esse processo de preparação exige um trabalho contínuo de pesquisa e construção de informações para identificação das áreas vulneráveis e das populações expostas aos riscos de desastres – o que exige combinar dados socioambientais, características da população e de sua situação de saúde, assim como os recursos e as capacidades de respostas envolvendo a prevenção de doenças, a atenção e o cuidado à saúde e a promoção da saúde nessas áreas, definindo os territórios vulneráveis e prioritários para ações em mapas. Lembre-se de que a realidade é dinâmica; tão importante quanto elaborar um plano e mapas é atualizá-los periodicamente, com informações e dados recentes.

Cabe ressaltar que cada plano é único e distinto para cada município, pois os tipos de eventos ou situações detonadores de desastres, os processos e fatores de risco, as condições de vulnerabilidades, assim como as capacidades de respostas, são diferentes não somente entre estados e municípios, mas também entre as diferentes áreas e territórios dentro dos municípios. Além disso, as diferenças são espaciais (estados, municípios, distritos, bairros, áreas etc.) e temporais, já que alguns efeitos sobre a saúde exigem respostas e ações imediatas, enquanto outros irão durar ou ocorrer a médio e longo prazos.

Neste tema, como em tantos outros da Saúde Pública, tempo, lugar e pessoas são os pilares para compreensão e gestão de risco de desastres. Este Guia resulta do trabalho conjunto entre as instituições do Ministério da Saúde, envolvendo a Secretaria de Vigilância em Saúde, por meio do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST), e a Fundação Oswaldo Cruz, por meio do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDES),

contando com a colaboração e participação de várias secretarias estaduais e municipais de saúde que integram o Sistema Único de Saúde (SUS). Foi elaborado com o objetivo de subsidiar o SUS na desafiadora tarefa de elaborar planos de preparação e resposta para emergência em saúde pública por desastres

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Este plano tem por objetivo do plano em relação a dar uma resposta de Saúde Pública contra a propagação de doenças e a outros eventos adversos que venham a se tornar uma emergência em saúde pública.

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei n° 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

- Portaria n° 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).

- Lei n° 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

- Portaria n° 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

- Decreto n° 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.

- Portaria n° 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto n°7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).

- Decreto n° 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.

- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

- Lei n° 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

- Decreto n° 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União,

Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).

- Portaria nº 188 (2020): "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)".

- Decreto nº 10.212 (2020): "Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional , acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005". No documento "Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)" referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, "a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas".

- Portaria SES nº 614 (2021): visa "instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde".

- Portaria SES nº 615 (2021): visa "aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)".

- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.

- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

3. 1 Aspectos Socioeconômicos

O Município de Faxinal dos Guedes, situa-se no Extremo Oeste de Santa Catarina, no Vale do Rio Uruguai, compreendido pelas coordenadas geográficas (ponto de referência Igreja Matriz). A Latitude é - 26º 51' 10" e a Longitude Oeste - 52º 15' 36". Com altitude de 1005 m.

A população de Faxinal dos Guedes apresentou, no ano de 2010, redução de 0,98% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população da cidade alcançou 10.661 habitantes, o equivalente a 0,17% da população do Estado.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Faxinal dos Guedes apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,758.

3.3 Atividades Econômicas

A base da economia de Faxinal dos Guedes se modifica desde meados da década de 1990, pois a indústria de papel substituiu a agropecuária, mas também se destaca a produção de soja, milho e erva-mate.

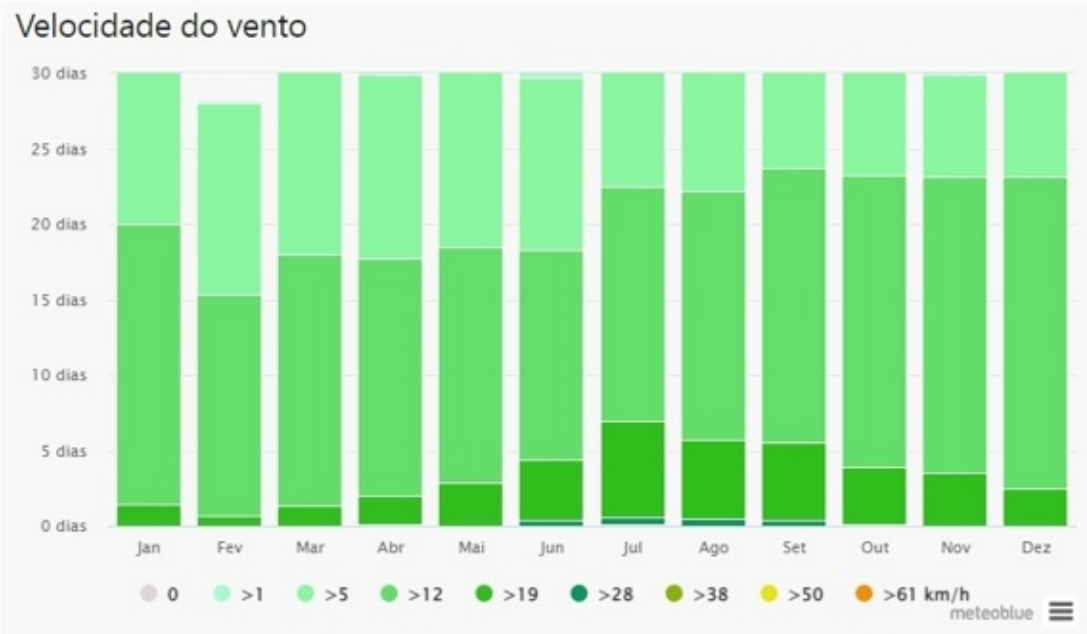
3.4 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

3.4.1 Clima

O clima compreende um padrão dos diversos elementos atmosféricos que ocorrem na atmosfera da Terra. Fenômenos como frentes frias, tempestades, furacões e outros estão associados tanto às variações meteorológicas preditas pelas leis físicas determinísticas, assim como a um conjunto de variações aleatórias dos elementos meteorológicos (temperatura, precipitação, vento, umidade, pressão do ar) cuja principal ferramenta de investigação é a estatística. As semelhanças em várias regiões da Terra de tipos específicos caracterizam os diversos tipos de clima, para o que são consideradas as variações médias dos elementos meteorológicos ao longo das estações do ano num período de não menos de 30 anos.

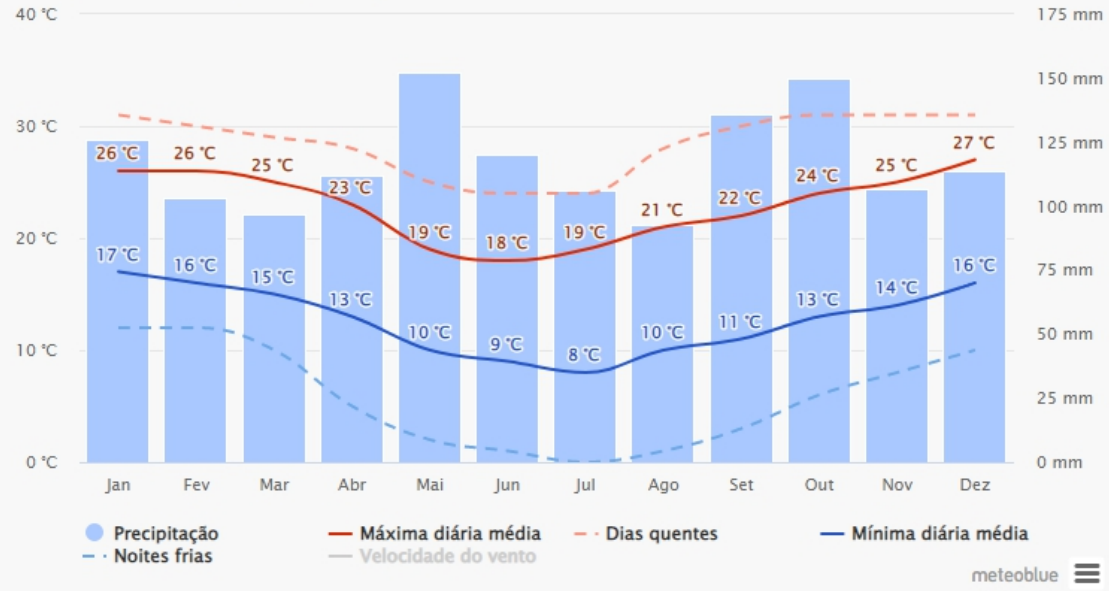
O clima do município de Faxinal dos Guedes é temperado. A temperatura média anual é de 16,4º C, sendo que no inverno pode alcançar temperaturas abaixo de 0ºC e no verão pode alcançar temperaturas de até 30ºC.

É constante o vento no município, sendo que as principais direções são Nordeste e Sul.



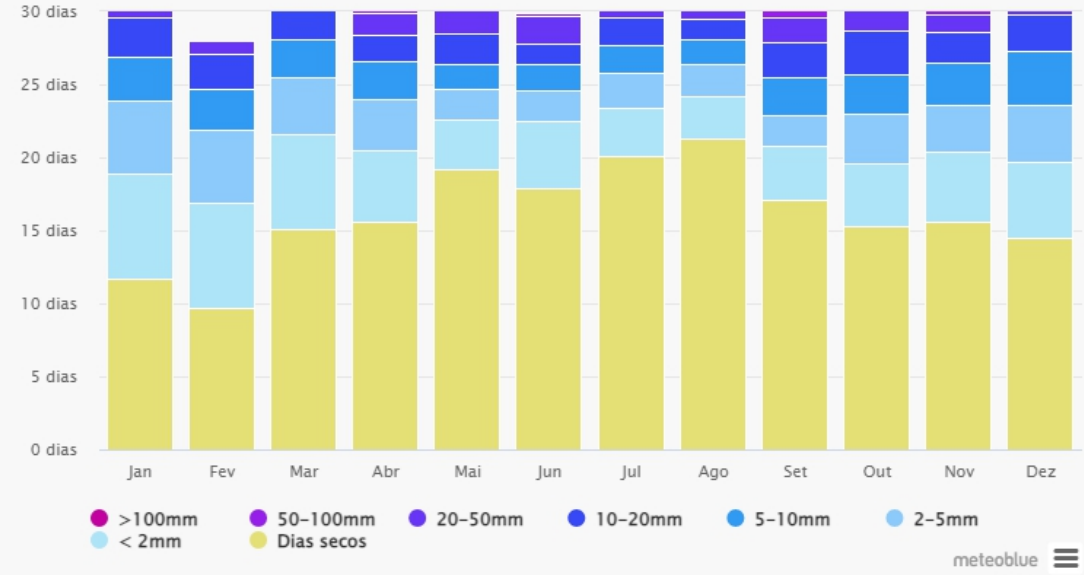
O diagrama de Faxinal dos Guedes mostra os dias por mês, durante os quais o vento atinge certas velocidades.

Temperaturas e precipitações médias



A "máxima diária média" (linha vermelha contínua) mostra a média da temperatura máxima de um dia para cada mês para Faxinal dos Guedes. Da mesma forma, "mínima diária média" (linha azul contínua) mostra a média da temperatura mínima. Os dias quentes e noites frias (linhas vermelhas e azuis tracejadas) mostram a média do dia mais quente e da noite mais fria de cada mês nos últimos 30 anos. Para o planeamento de férias, você pode esperar as temperaturas médias, e estar preparado para dias mais quentes e mais frios. As velocidades do vento não são mostradas por norma, mas podem ser ajustadas na parte inferior do gráfico.

Quantidade de precipitação



O diagrama da precipitação para Faxinal dos Guedes mostra em quantos dias por mês, determinadas quantidades de precipitação são atingidas. Em climas tropicais e de monção, os valores podem estar subestimados.

3.4.3 Pedologia

O relevo terrestre pode ser definido como as formas da superfície do planeta. O relevo se origina e se transforma sob a interferência de dois tipos de agentes: os agentes internos e externos. Podendo ser: endógenos: vulcanismo e tectonismo; e exógenos: intemperismo e a antropicidade (o fator humano).

Simplificando, o relevo é o conjunto das formas da crosta terrestre, manifestando-se desde o fundo dos oceanos até as terras emersas, e é resultado da ação de forças endógenas, ou exógenas. Encontramos formas diversas de relevo: montanhas, planaltos, planícies, depressões, cordilheiras, morros, serras, inselbergs, vulcões, vales, escarpas, abismos, etc.

A exemplo do Brasil os relevos são; costas litorâneas e planícies constituídas por pequenas elevações que variam entre 0 e 200 metros que se estendem nas regiões sedimentares dos grandes rios e suas bacias. Na América do Sul, encontramos relevos na região do Amazonas e do Rio da Prata; na América do Norte nas bacias do Rio Mississipi e na região dos Grande Lagos. A parte central é composta por planaltos que chegam a atingir 1.500 metros acima do nivel do mar. Já as grandes cadeias de montanhas se prolongam em uma coluna dorsal pela parte ocidental das américas, ao sul os Andes, Sierra Madre Ocidental e Oriental, ao norte as Montanhas Rochosas e Montes Apalaches.

O relevo do Território do Município de Faxinal dos Guedes está distribuído em três formas que caracterizam, sendo de topografia plana somente 6% da área total, 50% de topografia ondulada e o restante com topografia acidentada. Predomina o relevo Planalto apresentando partes elevadas, com morros.

Em um dos locais de maior altitude do município está situada a sua Sede, e a ocupação do solo se dá de forma descendente em relação ao RN oficial (1005 acima do nível do mar).

3.5 Hidrografia

Hidrografia é uma parte da geografia física que classifica e estuda as águas do planeta.

O objeto de estudo da hidrografia é a água da Terra, abrange, portanto oceanos, mares, geleiras, água do subsolo, lagos, água da atmosfera e rios. A maior parte da

água está concentrada em oceanos e mares – 1.380.000.000 km³ -, correspondendo a 97,3% da reserva hídrica do mundo. As águas continentais possuem um volume total de 38.000.000 km³, valor que representa 2,7% da água do planeta.

Os Rios Chapecozinho ao Norte, e Irani ao Sul, constituem as partes de extensões, limite natural do município de Faxinal dos Guedes, com os municípios de Abelardo Luz ao Norte e Xavantina ao Sul.

O município possui 40 Km de rios, 128 Km de riachos e arroios e muitos açudes de pesca para o próprio sustento.

Os Arroios e Riachos apresentam em seus cursos inúmeras quedas, sendo que os principais rios são o Rio Chapecózinho e o Rio Irani.

Deságuam no Rio Chapecózinho: Arroio Grande, possui como afluente o Córrego da Barra; Córrego Zulmira; Arroio Esperinha, possui como afluente o Córrego Laranja; Arroio Jaquatirica, possui como afluente Arroio Banhado Verde, Arroio Passos das Moças, Córrego Pinheirinho; Rio Barra Grande, constitui em sua extensão limite natural com o município de Vargeão, possui como afluentes os Rios Córrego Burro Magro e Lajeado Cerro Azul.

Deságuam no Rio Irani: Lajeado Cerca Velha; Lajeado das Taboas; Lajeado São Roque; Lajeado dos Cardoso constitui em sua extensão limite natural com o município de Xanxerê; Arroio Ribeiro; Lajeado dos Guedes, possui como afluente Arroio São Paulo.

3.6 Saúde

Em Faxinal dos Guedes o SUS oferece os seguintes serviços:

Serviço de Atenção ao paciente (Diagnóstico e tratamento, acompanhamento de pré-natal), Urgência e Emergência, Atenção Farmacêutica.

Serviço de Atenção e assistência domiciliar, cuidados domiciliares, Atendimento psicossocial, Ultrassonografia, Exame eletrocardiográfico, Serviços em odontologia, Serviços de fisioterapia, Serviços de vigilância sanitária e vigilância epidemiológica, Serviço de traumatologia e ortopedista, Atenção Primária (Academia de saúde, Estratégia de Saúde em família, Imunização).

Possuímos hospital, laboratórios privados, drogarias que também atendem a população.

3.7 Assistência Social

A assistência Social do município está localizada na Rua Santa Catarina nº 335 e quanto aos programas e projetos desenvolvidos o Secretário Pedro Paulo Ramilo não soube informar.

3.8 Segurança

A segurança fica sob os cuidados da Polícia Militar.

3.9 Obras

A Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal está localizada na Rua São Pedro, aos fundos da Prefeitura Municipal.

O Secretário de Infraestrutura é o Senhor Amelio Bazzi e o Diretor é o Senhor Jau Ilha.

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

O município de Faxinal dos Guedes não possuí histórico dos eventos ocorridos nos últimos dez anos, como acidentes de origem antropogênica, envolvendo produtos químicos, ou natural, como estiagem e inundações.

Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

Mês /Ano	Classificação do Desastre (COBRADE – Anexo XX)
29/12/2021	14110 ESTIAGEM (DECRETADO SE) : RECURSOS UTILIZADOS NO ORÇAMENTO DAS SECREATRIAS DA AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA, PARA ABERTURA DE CISTERNAS, FONTES E AÇUDES.

	ALÉM DE DOIS CAMINHÕES PIPAS QUE FORAM DISPONIBILIZADOS PARA O TRANSPORTE DE ÁGUA. FORAM SUBSTITUIDOS 200 METROS DE CANO NA REDE DE ÁGUA QUE ATENDE A COMUNIDADE DE SANTO ANTONIO E EM OUTRAS LOCALIDADES VISANDO O BENEFICIO AOS PRODUTORES RURAIS.
10/10/2022	12300 ALAGAMENTOS (NÃO DECRETADO SE) NO EVENTO NÃO FOI DECRETADO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, APENAS CADASTRO NO SISTEMA S2ID. DEVIDO AOS ACUMULOS DE CHUVA, AS SECRETARIAS DA AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA, REALIZAREM DIVERSOS TRABALHOS NAS COMUNIDADES DO INTERIOR, PARA RECUPERAR ESTRADAS, BUEIROS TRANCADOS, LIMPEZA DE VALETAS E RECONSTRUCÃO DE GALERIAS (TUBOS DE CONCRETO).
xx/xxxx	

5. Gestão de Risco em Desastres

O setor saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres (Quadro 00).

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde Ambiental, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

00. Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.

Etapa	Fase	Objetivo
impacto adverso de ameaças.	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS

(Deve-se apresentar as ações a serem desenvolvidas na gestão do risco, uma vez que o PPR-ESP deve prever o provimento de:

- Água potável e segura (distribuição de hipoclorito deve ser avaliada);
- Acesso adequado a saneamento;
- Segurança alimentar;
- Abrigos;
- Serviços clínicos básicos.

5.1 Classificação do desastre, de acordo com o COBRADE)

	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAIS	1. Geológico	1. Terremoto	1. Tremor de terra	0	Vibrações do terreno que provocam oscilações verticais e horizontais na superfície da Terra (ondas sísmicas). Pode ser natural (tectônica) ou induzido (explosões, injeção profunda de líquidos e gás, extração de fluidos, alívio de carga de minas, enchimento de lagos artificiais).	1.1.1.1.0	
			2. Tsunami	0	Série de ondas geradas por deslocamento de um grande volume de água causado geralmente por terremotos, erupções vulcânicas ou movimentos de massa.	1.1.1.2.0	
		2. Emanação vulcânica	0	0	Produtos/materiais vulcânicos lançados naatmosfera a partir de erupções vulcânicas.	1.1.2.0.0	
		3. Movimento de massa	1. Quedas, tombamentos e rolamentos	1. Blocos	As quedas de blocos são movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas muito íngremes, num movimentotipo queda livre. Os tombamentos de blocos são movimentos de massa em que ocorre rotação de um blocode solo ou rocha em torno de um ponto ou abaixo do centro de gravidade da massa desprendida. Rolamentos de blocos são movimentos de blocos rochosos ao longo de encostas, que ocorrem geralmente pela perda de apoio (descalçamento).	1.1.3.1.1	
				2. Lascas	As quedas de lascas são movimentos rápidos e acontecem quando fatias delgadas formadas pelos fragmentos de rochas se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.2	

				3. Matacães	Os rolamentos de matacães são caracterizados por movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas e movimentam-se num plano inclinado.	1.1.3.1.3	
				4. Lajes	As quedas de lajes são movimentos rápidos e acontecem quando fragmentos de rochas extensas de superfície mais ou menos plana e de pouca espessura se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre.	1.1.3.1.4	
			2. Deslizamentos	1. Deslizamentos de solo e/ou rocha	São movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume, cujo centro de gravidade se desloca para baixo e para fora do talude. Frequentemente, os primeiros sinais desses movimentos são a presença de fissuras.	1.1.3.2.1	

	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAIS	1. Geológico		3. Corridas de massa	1. Solo/Lama	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, o solo/lama, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.1	
				2. Rocha/ Detrito	Ocorrem quando, por índices pluviométricos excepcionais, rocha/detrito, misturado com a água, tem comportamento de líquido viscoso, de extenso raio de ação e alto poder destrutivo.	1.1.3.3.2	
			4. Subsidênciase colapsos	0	Afundamento rápido ou gradual do terreno devido ao colapso de cavidades, redução da porosidade do solo ou deformação de material argiloso.	1.1.3.4.0	
		4. Erosão	1. Erosão costeira/Marinha	0	Processo de desgaste (mecânico ou químico) que ocorre ao longo da linha da costa (rochosa ou praia) e se deve à ação das ondas, correntes marinhas e marés.	1.1.4.1.0	
			2. Erosão de margem fluvial	0	Desgaste das encostas dos rios que provoca desmoronamento de barrancos.	1.1.4.2.0	
			3. Erosão continental	1. Laminar	Remoção de uma camada delgada e uniforme do solo superficial provocada por fluxo hídrico não concentrado.	1.1.4.3.1	
				2. Ravinas	Evolução, em tamanho e profundidade, da desagregação e remoção das partículas do solo de sulcos provocada por escoamento hídrico superficial concentrado.	1.1.4.3.2	
				3. Boçorocas	Evolução do processo de ravinamento, em tamanho e profundidade, em que a desagregação e remoção das partículas do solo são provocadas por escoamento hídrico superficial e subsuperficial (escoamento freático) concentrado.	1.1.4.3.3	
	2. Hidrológico	1. Inundações	0	0	Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.	1.2.1.0.0	
		2. Enxurradas	0	0	Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0	
		3. Alagamentos	0	0	Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	1.2.3.0.0	

	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAIS	3. Meteorológico	1. Sistemas de grande escala/Escala regional	1. Ciclones	1. Ventos costeiros (mobilidade de dunas)	Intensificação dos ventos nas regiões litorâneas, movimentando dunas de areia sobre construções na orla.	1.3.1.1.1	
				2. Marés de tempestade (ressaca)	São ondas violentas que geram uma maior agitação do mar próximo à praia. Ocorrem quando rajadas fortes de vento fazem subir o nível do oceano em mar aberto e essa intensificação das correntes marítimas carrega uma enorme quantidade de água em direção ao litoral. Em consequência, as praias inundam, as ondas se tornam maiores e a orla pode ser devastada alagando ruas e destruindo edificações.	1.3.1.1.2	
			2. Frentes frias/Zonas de convergência	0	Frente fria é uma massa de ar frio que avança sobre uma região, provocando queda brusca da temperatura local, com período de duração inferior à friagem. Zona de convergência é uma região que está ligada à tempestade causada por uma zona de baixa pressão atmosférica, provocando forte deslocamento de massas de ar, vendavais, chuvas intensas e até queda de granizo.	1.3.1.2.0	
		2. Tempestades	1. Tempestade local/Convectiva	1. Tornados	Coluna de ar que gira de forma violenta e muito perigosa, estando em contato com a terra e a base de uma nuvem de grande desenvolvimento vertical. Essa coluna de ar pode percorrer vários quilômetros e deixa um rastro de destruição pelo caminho percorrido.	1.3.2.1.1	
				2. Tempestade de raios	Tempestade com intensa atividade elétrica no interior das nuvens, com grande desenvolvimento vertical.	1.3.2.1.2	
				3. Granizo	Precipitação de pedaços irregulares de gelo.	1.3.2.1.3	
				4. Chuvas intensas	São chuvas que ocorrem com acumulados significativos, causando múltiplos desastres (ex.: inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).	1.3.2.1.4	
				5. Vendaval	Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	1.3.2.1.5	
		3. Temperaturas extremas	1. Onda de calor	0	É um período prolongado de tempo excessivamente quente e desconfortável, onde as temperaturas ficam acima de um valor normal esperado para aquela região em determinado período do ano. Geralmente é adotado um período mínimo de três dias com temperaturas 5°C acima dos valores máximos médios.	1.3.3.1.0	

	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAIS	3. Meteorológico		2. Onda de frio	1. Friagem	Período de tempo que dura, no mínimo, de três a quatro dias, e os valores de temperatura mínima do ar ficam abaixo dos valores esperados para determinada região em um período do ano.	1.3.3.2.1	
				2. Geadas	Formação de uma camada de cristais de gelo na superfície ou na folhagem exposta.	1.3.3.2.2	
	4. Climatológico	1. Seca	1. Estiagem	0	Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	1.4.1.1.0	
			2. Seca	0	A seca é uma estiagem prolongada, durante o período de tempo suficiente para que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio hidrológico.	1.4.1.2.0	
			3. Incêndio florestal	1. Incêndios em parques, áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente nacionais, estaduais ou municipais	Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação situada em áreas legalmente protegidas.	1.4.1.3.1	
				2. Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar	Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação que não se encontre em áreas sob proteção legal, acarretando queda da qualidade do ar.	1.4.1.3.2	
			4. Baixa umidade do ar	0	Queda da taxa de vapor de água suspensa na atmosfera para níveis abaixo de 20%.	1.4.1.4.0	
	5. Biológico	1. Epidemias	1. Doenças infecciosas virais	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	1.5.1.1.0	
			2. Doenças infecciosas bacterianas	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por bactérias.	1.5.1.2.0	
			3. Doenças infecciosas parasíticas	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por parasitas.	1.5.1.3.0	
			4. Doenças infecciosas fúngicas	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por fungos.	1.5.1.4.0	

	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAIS	5. Biológico	2. Infestações/Pragas	1. Infestações de animais	0	Infestações por animais que alterem o equilíbrio ecológico de uma região, bacia hidrográfica ou bioma afetado por suas ações predatórias.	1.5.2.1.0	
			2. Infestações de algas	1. Marés vermelhas	Aglomeração de microalgas em água doce ou em água salgada suficiente para causar alterações físicas, químicas ou biológicas em sua composição, caracterizada por uma mudança de cor, tornando-se amarela, laranja, vermelha ou marrom.	1.5.2.2.1	
				2. Cianobactériasem reservatórios	Aglomeração de cianobactérias em reservatórios receptores de descargas de dejetos domésticos, industriais e/ou agrícolas, provocando alterações das propriedades físicas, químicas ou biológicas da água.	1.5.2.2.2	
			3. Outras infestações	0	Infestações que alterem o equilíbrio ecológico de uma região, bacia hidrográfica ou bioma afetado por suas ações predatórias.	1.5.2.3.0	
2. TECNOLÓGICOS	1. Desastres relacionados a substâncias radioativas	1. Desastres siderais com riscos radioativos	1. Queda de satélite (radionuclídeos)	0	Queda de satélites que possuem, na sua composição, motores ou corpos radioativos, podendo ocasionar a liberaçãodeste material.	2.1.1.1.0	
		2. Desastres com substâncias e equipamentos radioativos de usoem pesquisas, indústrias e usinasnucleares	1. Fontes radioativas em processos de produção	0	Escapamento acidental de radiação que excede os níveis de segurançaestabelecidos na norma NN 3.01/006:2011 da CNEN.	2.1.2.1.0	
		3. Desastres relacionados com riscos de intensa poluição ambiental provocada por resíduos radioativos	1. Outras fontes de liberação de radionuclídeos para o meio ambiente	0	Escapamento acidental ou não acidental de radiação originária de fontes radioativas diversas e que excede os níveis de segurança estabelecidos na norma NN 3.01/006:2011 e NN 3.01/011:2011 da CNEN.	2.1.3.1.0	
	2. Desastres relacionados a produtos perigosos	1. Desastres em plantas e distritos industriais, parquese armazenamentos com extravasamento de produtos perigosos	1. Liberação de produtos químicos paraa atmosfera causada por explosão ou incêndio	0	Liberação de produtos químicos diversospara o ambiente, provocada por explosão/ incêndio em plantas industriais ou outrossítios.	2.2.1.1.0	

	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
2. TECNOLÓGICOS	2. Desastres relacionados a produtos perigosos	2. Desastres relacionados à contaminação da água	1. Liberação de produtos químicos nos sistemas de água potável	0	Derramamento de produtos químicos diversos em um sistema de abastecimento de água potável, que pode causar alterações nas qualidades físicas, químicas, biológicas.	2.2.2.1.0	
			2. Derramamento de produtos químicos em ambiente lacustre, fluvial, marinho e aquífero	0	Derramamento de produtos químicos diversos em lagos, rios, mar e reservatórios subterrâneos de água, que pode causar alterações nas qualidades físicas, químicas e biológicas.	2.2.2.2.0	
		3. Desastres relacionadosa conflitos bélicos	1. Liberação de produtos químicose contaminação como consequência de ações militares	0	Agente de natureza nuclear ou radiológica, química ou biológica, considerado como perigoso, e que pode ser utilizado intencionalmente por terroristas ou grupamentos militares em atentados ou em caso de guerra.	2.2.3.1.0	
		4. Desastres relacionadosa transporte de produtos perigosos	1. Transporte rodoviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal rodoviário.	2.2.4.1.0	
			2. Transporte ferroviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal ferroviário.	2.2.4.2.0	
			3. Transporte aéreo	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal aéreo.	2.2.4.3.0	
			4. Transporte dutoviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal dutoviário.	2.2.4.4.0	
			5. Transporte marítimo	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal marítimo.	2.2.4.5.0	
			6. Transporte aquaviário	0	Extravasamento de produtos perigosos transportados no modal aquaviário.	2.2.4.6.0	
	3. Desastres relacionados a incêndios urbanos	1. Incêndios urbanos	1. Incêndios em plantas e distritos industriais, parques e depósitos	0	Propagação descontrolada do fogo em plantas e distritos industriais, parques e depósitos.	2.3.1.1.0	
			2. Incêndios em aglomerados residenciais	0	Propagação descontrolada do fogo emconjuntos habitacionais de grande densidade.	2.3.1.2.0	

	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE	SIMBOLOGIA
2. TECNOLÓGICOS	4. Desastres relacionados a obras civis	1. Colapso de edificações	0	0	Queda de estrutura civil.	2.4.1.0.0	
		2. Rompimento/ colapso de barragens	0	0	Rompimento ou colapso de barragens.	2.4.2.0.0	
	5. Desastres relacionados a transporte de passageiros e cargas não perigosas	1. Transporte rodoviário	0	0	Acidente no modal rodoviário envolvendo o transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.1.0.0	
		2. Transporte ferroviário	0	0	Acidente com a participação direta de veículo ferroviário de transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.2.0.0	
		3. Transporte aéreo	0	0	Acidente no modal aéreo envolvendo o transporte de passageiros ou cargas não perigosas.	2.5.3.0.0	
		4. Transporte marítimo	0	0	Acidente com embarcações marítimas destinadas ao transporte de passageiros e cargas não perigosas.	2.5.4.0.0	
		5. Transporte aquaviário	0	0	Acidente com embarcações destinadas ao transporte de passageiros e cargas não perigosas.	2.5.5.0.0	

5.2.1 Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal).
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.
Mitigação		

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Preparação		

5.2.2 Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Nome do Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.

5.2.3 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação		

6. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada.

A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública.

Em caso de necessidade, o Prefeito municipal é o responsável pela ativação do COES e por acionar a sua equipe para iniciar os trabalhos.

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (Quadro 00) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

00. Lista de representantes da SMS.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail
Flademir Antonio Cadore	3436 4304 99922 8790	saude_fx@hotmail.com
Daiane Marocco	3436 4331 98853 7388	saude_fx@hotmail.com
Geni Bringhenti	3436 4343	genibringhenti@yahoo.com.br
Renan Strapazon	3436 4330	farmacia@faxinal.sc.gov.br
Mauricio Werlang	3436 4345	clinicawerlang2020@gmail.com
Ariane Frankin	3436 4339	saude@faxinal.sc.gov.br

7. Informações à população

O município consta de 2 estações de rádios que pode servir de alerta para a população.

Também dispõe de redes sociais para estar repassando informações.

O próprio site da prefeitura, além de reportagens em sites locais.

O uso de carro de som também é bastante utilizado no município.

8. Capacitações

Esse plano será encaminhado para todos os setores da Prefeitura Municipal para todos terem acesso a informação.

9. Referências

https://docs.google.com/file/d/1qDRhi4gZN_cTkIo1OgjCcZzGD0Jj2HfP/view)

https://pt.weatherspark.com/y/29729/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Faxinal-Brasil-durante-o-ano#Figures-Summary

https://pt.weatherspark.com/y/29729/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Faxinal-Brasil-durante-o-ano#Figures-Rainfall

https://pt.weatherspark.com/y/29729/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Faxinal-Brasil-durante-o-ano#Figures-PrecipitationProbability

https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos

http://clima1.cptec.inpe.br/monitoramentobrasil/pt

http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres/Produtos-por-Estado---Setorizacao-de-Risco-Geologico-5390.html)

https://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/bacias_hidrograficas/bacias_hidrograficas_sc.pdf

https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/climatemodelled/faxinal-dos-guedes_brasil_3463558

Anexo 1

Lista de equipamentos e máquinas

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Caminhão Pipa 18000 l	1	
Caminhão Pipa 8000 l	1	
Caminhão para limpeza de fossa 8000 l	1	
Caminhão caçamba	10	
Retroescavadeira	7	
Escavadeira 315	1	
Escavadeira 318	1	
Trator de esteira	1	
Motoniveladora	3	
Rolo compactador	3	
Trator de pneu	2	
Caminhonete	4	
Ambulância	1	

Anexo II

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC
Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br
CNPJ: 83 009 910/0001-62

Portaria nº 217/2022

CONSTITUI O COMITÊ DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE – COES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Constituir junto a Secretaria Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes (SC), o Comitê de Operações de Emergência em Saúde (COES), Grupo Multidisciplinar e Inter setorial destinado a integrar as ações e serviços em saúde, para atuação em situações de emergência e estado de calamidade pública com o objetivo precípuo de coordenar as ações emergências em área de saúde.

Art. 2º - Designar os membros a seguir relacionados para compor o Comitê de Operações de Emergências em Saúde (COES):

I – Flademir Antonio Cadore – Representante da Secretaria de Saúde

II – Kathine Tessmann Soligo – Representante da Vigilância Sanitária

III – Geni Maria Leoratto Bringhenti – Representante da Vigilância Epidemiológica

IV – Renan Casal Strapazzon – Representante da Assistência Farmacêutica

V – Jungles Benthas – Representante dos Bombeiros

VI – Pedro Paulo Ramilo – Representante da Secretaria de Assistência Social

VII – Fabiano Ozelame – Representante da Polícia Militar

VIII – Amélio Bassi – Representante da Secretaria de Infraestrutura

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, 21 de Novembro de 2022.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Anexo III

Contatos interinstitucionais

(Listar contatos para integração interinstitucional no gerenciamento do risco de desastres)

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
Bombeiros	Jungles Benthas	3382 2207
Polícia Militar	Fabiano Ozelame	3436 2065
Casan	Gabriel Meurer	3436 0084
Cidasc	Katia Sbruzzi	3382 2166
Celesc	Gilmar Pavan	3436 0190
Defesa Civil	Cristiane Soares	3436 4302
Conselho Tutelar	Patricia de Paula do Nascimento Costa	3436 0022
Câmara de Vereadores	Juarez Berte	3436 0846